

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL À LUZ DA  
TEORIA MARXISTA CONTEMPORÂNEA\***

**CONSIDERACIONES SOBRE LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO REGIONAL A LA LUZ  
DE LA TEORÍA MARXISTA CONTEMPORÁNEA**

**OBSERVATIONS ON THE PRODUCTION OF REGIONAL SPACE IN THE LIGHT OF  
CONTEMPORARY MARXIST THEORY**

**Guilherme Marini PERPETUA**

Mestrando em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UGD)

Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET/UNESP)

Bolsista CAPES

E-mail: geomarini@yahoo.com.br.

**Resumo:** A história do pensamento geográfico foi fortemente marcada pelos debates em torno da questão regional, tendo sempre como pano de fundo as ideias de heterogeneidade, diferenciação e desigualdade espacial. Mais recentemente, em virtude dos supostos efeitos homogeneizadores do processo de globalização, muitos são os que afirmam que a importância desse debate chegou ao fim. Este pequeno ensaio objetiva levantar elementos teóricos para a compreensão da produção dos espaços regionais a partir do sistema sociometabólico do capital e de seu imanente processo de acumulação que, enquanto vetor hegemônico, subsume outros vetores dentro de sua lógica, criando e recriando permanentemente clivagens e desigualdades no espaço geográfico. O resultado deste processo é uma regionalização que se faz, ao mesmo tempo, condição e barreira para a própria acumulação do capital. Consideramos, a partir desta análise, que o conceito de região e os estudos regionais permanecem como instrumentos de grande importância para o conhecimento geográfico nos nossos dias.

**Palavras-chave:** Geografia; região; produção do espaço regional; acumulação do capital; desenvolvimento desigual.

**Resumen:** La historia del pensamiento geográfico fue fuertemente marcada por los debates sobre el tema regional, siempre como fondo ideas de diversidad, diferenciación y desigualdad espacial. Más recientemente, debido a los supuestos efectos homogeneizadores del proceso de globalización, muchos sostienen que la importancia de este debate ha terminado. Este breve ensayo tiene por objetivo encontrar elementos teóricos para la comprensión de la producción de espacios regionales a partir del sistema sociometabólico del capital y de su inherente proceso de acumulación que, al mismo tiempo vector hegemónico, incluye otros vectores dentro de su lógica, creando y recreando permanentemente divisiones y desigualdades en el espacio geográfico. El resultado de este proceso es una regionalización que se hace, al mismo tiempo, condición y barrera para la propia acumulación de capital. Consideramos con esta análisis, que el concepto de región y estudios regionales siguen siendo instrumentos de gran importancia para el conocimiento geográfico en nuestros días.

**Palabras-clave:** Geografía; región; producción del espacio regional; acumulación del capital; desarrollo desigual.

**Abstract:** The history of geographical thought was strongly marked by debates about the regional issue, always having as backdrop the ideas of heterogeneity, differentiation and space inequality. More recently, due to the supposed homogenizing effects of the globalization process, many people state that the importance of such debate has come to an end. This short essay has the objective of raising theoretical elements for the comprehension of the production of regional spaces from the social-metabolic system of the capital and its immanent process of accumulation that, as hegemonic vector, subsume other vectors within its logic, permanently creating and recreating cleavages and inequalities in the geographic space. The result of such process is the regionalization that takes place, whereas, condition and barrier for the accumulation of capital

itself. We've considered from this analysis that the concept of region and regional studies remain as tools of great importance for the geographical knowledge of our times.

**Key-words:** Geography; region; production in the regional space; accumulation of the capital; uneven development.

## 1. Introdução

A discussão acerca das ideias de região, de regionalismo e dos processos de regionalização certamente encontrou entre os geógrafos os seus mais acalorados adeptos, embora não se restrinja aos limites epistemológicos da Geografia, estando presente também em outros campos do conhecimento, em práticas econômicas e políticas e na própria linguagem do cotidiano.

Não obstante sua validade enquanto categoria analítica que permite revelar aspectos eminentemente geográficos dos fenômenos sociais, foram muitos os que em diversos momentos decretaram a morte da região (HAESBAERT, 2005), como temos presenciado no debate atual pautado nos supostos efeitos homogeneizadores do processo de globalização.

No entanto, a realidade contradiz a teoria e a despeito destas formulações,

a questão regional retoma hoje sua força, pela proliferação efetiva de regionalismos, identidades regionais e de novas-velhas desigualdades regionais (...) Nesse sentido, apesar da propalada globalização homogeneizadora, o que vemos, concomitantemente, é uma permanente reconstrução da heterogeneidade e/ou da fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença nos diversos recantos do planeta (HAESBAERT, 2010, p. 15).

É dentro deste contexto de reavivamento do debate regional que o presente texto deve ser considerado, como um esforço teórico no sentido de reunir elementos para um entendimento mais aprofundado dos fatores e processos que confluem na produção do espaço regional sob a égide do capitalismo. Movidos por este afã, pretendemos analisar, ainda que de forma bastante inicial, de que maneira ocorre a permanente e cada vez mais célere reconstrução da heterogeneidade e das desigualdades espaciais – e, portanto, a aceleração da produção dos espaços regionais - e os motivos pelos quais sua supressão absoluta faz-se impossível neste tipo específico de mediação entre os homens entre si e com a natureza.

Para tanto, iniciaremos o texto discutindo de forma sucinta a relação entre a Geografia<sup>1</sup> e o conceito de região, passando, posteriormente, para uma análise da produção das desigualdades espaciais imanentes às relações de produção capitalistas e ao processo de acumulação do capital, acrescentando, por fim, outros elementos da complexidade do fenômeno em apreço.

---

<sup>1</sup> Note-se que utilizamos ao longo do texto a palavra Geografia (com inicial maiúscula) para designar a ciência institucionalizada, e geografia (com inicial minúscula) para nos referirmos a manifestação dos fenômenos em si que constituem a base empírica dessa ciência.

## **2. O conceito de região em meio às idiossincrasias da Geografia**

Há muito se tem falado em crise da Geografia. Crise sobre a qual muito se tem gasto em papel e tinta e que atravessa as décadas e seus paradigmas, períodos a fio, incólume. Este breve ensaio não se unirá a tantos outros que buscaram solucioná-la. De início, convém apenas compreendermos um pouco das particularidades dessa ciência e como o conceito de região tem se encaixado em seu campo epistemológico.

Partiremos, pois, da constatação de que a Geografia é mesmo uma ciência bastante peculiar. Para Suertegaray (2001), ela constitui um caso paradoxal, na contramão da racionalidade moderna, uma vez que se tornou autônoma como ciência tomando para si a tarefa de compreender a relação do homem com a natureza, ao passo que todas as demais ciências foram individualizadas, por força de seus objetos e classificações, em “naturais” e “sociais”. Tal condição gerou entre seus estudiosos certa necessidade de atribuir à Geografia uma identidade própria, sedimentada sobre um objeto individualizado, leis e modelos, como apresentavam as ciências vizinhas, num processo mimético de simplificação da natureza (e por extensão, da sociedade) em objetos e leis gerais que, como aludiu Douglas Santos (2002), teve origem na física clássica de Isaac Newton.

Por óbvio neste percurso houve quem proclamasse o fim da busca. Assim como Milton Santos, foram muitos os que chegaram à mesma conclusão: “o objeto da Geografia é o espaço geográfico” (1978, p. 2). Talvez pudesse ter sido diferente se a supracitada crise de autoestima e identidade não rondasse a Geografia e os geógrafos. O mais grave nisso tudo é que o principal equívoco está exatamente no ponto de partida, ou seja, na busca ávida por um objeto próprio, pois à Geografia cabe, enquanto ciência social, perscrutar a mesma totalidade concernente às demais ciências sociais: a realidade social. Assim,

a distinção entre as várias ciências sociais só pode provir *das próprias ciências sociais*, e não pode ter outro significado que não seja o de cada uma dessas disciplinas encarar, abordar, analisar *de uma forma diferente* aquela mesma realidade (NUNES, 1972 *apud* SANTOS, 2002, p. 12) [grifos no original].

Ao voltar sua atenção para a realidade social - que é a mesma estudada pela História, pela Economia, pela Sociologia, dentre outras - à Geografia, partindo dessa perspectiva, cabe atentar-se para a dimensão espacial dos fenômenos que nela se apresentam, tendo o espaço geográfico como uma de suas dimensões de manifestação ou uma de suas “instâncias”, como sugeriu o mesmo Milton Santos noutro momento (1985).

Para Suertegaray (2001), o espaço se apresenta como uma categoria central na Geografia, o principal componente do seu corpo referencial, integrado além dele também por outras categorias como região, território, lugar e paisagem, que expressam diferentes níveis de abstração e distintas

potencialidades analíticas. Em suma, no âmbito da ciência geográfica todos eles são “(...) conceitos-chave, capazes de sintetizar a sua objetivação, isto é, o ângulo que confere a geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais” (CORRÊA, 1995, p. 16).

Dessa forma, a Geografia tem se legitimado como um ponto de vista particular, um discurso específico sobre a totalidade social que se dá através do uso de um instrumental que, embora não seja exclusivo, assume nela um lugar especial. Cada um desses conceitos/categorias é na verdade uma mediação lógica distinta do espaço geográfico<sup>2</sup>, que por sua vez representa um nível mais elevado de abstração em face deles. Apoiaremos-nos neste prisma para entender o conceito de região.

Conquanto haja diversos domínios para além do científico nos quais a noção de região seja empregada, e embora o seu uso, mesmo no universo acadêmico, não se restrinja à Geografia, foi exatamente nela que esta noção ganhou estatuto de conceito-chave e uma discussão sistemática (GOMES, 1995) e é apenas na Geografia, como asseverou Lencioni (1999), que se encontram as bases e o desenvolvimento de conceitos ou noções relativos à região. Como salienta Gomes “a região esteve no centro de diversos debates que ainda hoje animam as discussões epistemológicas da geografia” (1995, p. 67).

Contudo, ao longo do curso histórico do pensamento geográfico, esse conceito apresentou diversas formas e sentidos, visto que cada uma de suas correntes de pensamento buscou cunhar uma definição própria de região a sua imagem e semelhança, partindo do seu método e arcabouço teórico-conceitual específicos. Neste intento, a solução encontrada para o problema da imprecisão conceitual e do pluralismo que perpassou o debate ao longo do tempo foi a exaustiva adjetivação do conceito, que passou de “região natural” (corrente determinista), para “região geográfica” (corrente possibilista), “região homogênea” e “região funcional ou polarizada” (corrente teórico-quantitativa), até chegar às formulações contemporâneas que, mesmo lançando mão dos adjetivos diretos, empreendem qualificações muito distintas acerca do conceito de região.

Não cabe explorarmos detalhadamente cada uma destas significações e nem solucionarmos esta intrincada questão. Importa apenas apontarmos que o pano de fundo que esteve posto, independentemente do tipo de mediação teórico-metodológica adotado, foi o da diferenciação espacial, ou seja, da extensão e regularidade de certas características em uma área determinada em contraste com outras. Tal afirmação pode ser constatada na assertiva de Bezzi (2004), à guisa de conclusão de sua tese dedicada à historiografia do conceito de região:

admitindo que a superfície da terra é heterogênea, com marcantes diferenciações de áreas, e sabendo-se que a ciência geográfica se interessa mais pelas discontinuidades do que pelas regularidades, o conceito de região tem se

---

<sup>2</sup> Expandindo a mesma linha de raciocínio que Egler (1995) usou para tratar do conceito de território.

constituído, ao longo da história moderna do pensamento geográfico, um dos seus conceitos-chaves (BEZZI, 2004, p. 243).

Parece-nos seguro, portanto, afirmar que assim como a questão do **poder** é central em todo e qualquer debate sobre o conceito de território (SOUZA, 1995), as questões da **heterogeneidade**, da **diferenciação** e da **desigualdade** compõem-se como elementares para o debate sobre o conceito de região.

Convém lembrar, como nos alertou Porto-Gonçalves (1978) em tão célebre texto, que “o trabalho intelectual, embora possuindo uma dinâmica específica, sofre influência do próprio contexto histórico que constitui a materialidade do trabalho científico” (p. 3). Não seria possível, pois, entender o movimento do pensamento geográfico e a transformação das bases epistemológicas da Geografia que englobam o próprio conceito de região, abstraindo de nosso campo de visão a transformação da realidade social em seus aspectos históricos e geográficos.

Assim, o momento atual, como momentos específicos do passado, suscita novas questões para o debate regional e, como indicamos anteriormente, há quem defenda até mesmo o fim inevitável das regiões e, por conseguinte, da relevância dos estudos regionais em virtude dos processos que se pretendem homogeneizadores do espaço mundial contemporâneo. Nesse sentido, parece-nos esclarecedor o entendimento de Haesbaert (2004) ao estudar o fenômeno ao qual chamou “multiterritorialidade” e suas relações com a regionalização. Para esse autor,

Território e região, como dois conceitos-chave da geografia, precisam andar juntos e são mesmo indissociáveis. Assim, podemos considerar que as dinâmicas que denominamos de desterritorialização (...) estão intimamente vinculadas e devem por isso ser consideradas em qualquer processo de regionalização, ou seja, a construção e destruição de regiões são indissociáveis da construção, destruição e reconstrução de territórios (HAESBAERT, 2004, p. 173).

Desse modo, a região não deixou ou deixará de existir, tal como o debate regional, por extensão. O que está ocorrendo, muito ao contrário, é a redefinição cada vez mais célere dos quadros regionais perante a difusão dos processos imbricados de reestruturação produtiva, mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) e expansão do meio técnico-científico-informacional característico deste novo período (SANTOS, 1996), o que não raro tem implicado clivagens e diferenciações espaciais ainda mais intensas e catastróficas. Em meio a tal cenário, nos adverte Milton Santos, “nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo de globalização e fragmentação, isto é individualização e regionalização” (1996, p. 246).

Com base nessas indicações e tomando o processo de globalização como a condição contemporânea de presença global do capitalismo, buscaremos nos aspectos estruturais deste sistema de metabolismo social - aqui entendido como uma maneira historicamente particular de reprodução social e de produção do espaço geográfico - os significados da diferenciação espacial

por ele engendrada, apoiando-nos, sobretudo, nas contribuições de autores de tendências histórico-materialistas e marxistas da contemporaneidade, cujas obras têm relevância para o assunto.

### 3. A produção das desigualdades espaciais

Como vimos, a utilidade especial do conceito de região, para a Geografia e demais ciências que se interessam pela dimensão espacial dos fenômenos sociais, consiste na possibilidade de apreensão por seu intermédio, da heterogeneidade e da diferenciação inerentes a essa dimensão. Compreender tal aspecto, entretanto, não é tarefa fácil, visto que ele se apresenta como resultado sempre em movimento de um enorme feixe de fatores entrecruzados e com pesos diferenciados no processo de produção do espaço geográfico<sup>3</sup>.

Portanto, buscaremos analisar as determinações do vetor representado pelo processo de acumulação do capital<sup>4</sup> como aquele que possui prevalência com relação aos demais, sem negar, naturalmente, que mesmo elas estão sujeitas a contingências de toda ordem. O ângulo de análise regional adotado será o da produção do espaço através das relações capitalistas. Partiremos, para tanto, da premissa de que a produção do espaço geográfico sob o capitalismo se dá fundamentalmente como produção de desigualdades e, por conseguinte, do desequilíbrio. Essas desigualdades são a expressão de contradições estruturais desse modo de produção e, embora possam ser mitigadas conjunturalmente e em espaços determinados, não podem ser de todo suprimidas, pois compõem sua própria lógica de funcionamento.

Conquanto esta tese seja bastante difundida e aceita, sua linha de compreensão teórica da produção do espaço não é a única, e tampouco é hegemônica. Na verdade, como observa Brandão (2007), grande parte dos estudos regionais, sobretudo aqueles realizados no âmbito da *mainstream* da Economia espacial, estão erigidos sobre pressupostos antípodas a esse, como os da eficiência decisória dos agentes quanto à localização, do poder de ajuste e equilíbrio do mercado na distribuição dos bens e fatores no espaço e do espaço-plataforma homogêneo. Em tais teorias,

---

<sup>3</sup> O debate sobre as determinações, o caráter e as implicações da dimensão espacial da sociabilidade humana, assim como o que se estabeleceu em torno do próprio conceito de espaço geográfico, é longo e não consensual. Para as reflexões apresentadas neste artigo respaldamo-nos na vertente marxista do debate, que nos permite pensar o espaço geográfico como uma dimensão concreta e imanente da sociabilidade humana, sendo, concomitantemente, um produto da relação metabólica mediada dos homens entre si e com a natureza, e um fator condicionante dessa relação. São estas as premissas que nos autorizam a tratar da produção do espaço geográfico (HARVEY, 2005) como um processo constante, dinâmico e contraditório no qual o próprio espaço assume, como indicamos anteriormente, o status de instância da sociedade (SANTOS, 1982), posto que é o *locus* de reprodução das relações sociais de produção (LEFEBVRE, 1976).

<sup>4</sup> A acumulação do capital constitui o “motor” de seu sistema sociometabólico. Ela se dá no interior do processo de produção capitalista, ou seja, de cada uma das suas unidades reprodutivas, e pode ser definida como um “(...) processo pelo qual uma parte do excedente econômico é convertida em novo capital” (SINGER, 1975, p. 57). O excedente convertido em capital é na verdade trabalho não pago (mais-valia), extraído nesse processo produtivo que é regido pelo imperativo da acumulação sempre ampliada.

segundo o autor, as regiões são “meros receptáculos neutros, sítios sem textura ou entorno” (BRANDÃO, 2007, p. 60).

Conforme assinala Corrêa (1995), esta acepção do espaço e de seu desenvolvimento transbordou do campo disciplinar da Economia e foi incorporada pela Geografia, dando sustentação às teses que ganharam grande repercussão nas décadas de 1950 e 1960, com a emergência da chamada escola teórico-quantitativa. Neste contexto, o espaço aparece pela primeira vez como um conceito-chave para essa ciência sob a forma de “planície isotrópica”, uma construção teórica do espaço como planície homogênea em todos os sentidos, sobre a qual se desenvolvem ações e mecanismos econômicos que levam a diferenciação sempre tendendo ao equilíbrio espacial (CORRÊA, 1995, p. 20).

O espaço analisado sob esse enfoque é o “espaço absoluto” ou “continente”, um invólucro metrificável e metrificado, produto de uma abstração derivada da teoria newtoniana. Embora seus contornos definitivos tenham sido dados somente por Newton no século XVII, e mais tarde transladados e adaptados para o pensamento geográfico através de sua influência na obra de Kant, as origens dessa acepção do espaço coincidem com as próprias origens do capitalismo e, conseqüentemente, da marcha colonial Européia pela conquista do mundo.

Nesse sentido, Douglas Santos (2002) nos explica que essa ideia de espaço, assim como a de tempo, é uma invenção da modernidade ocidental, fundamental para a dominação capitalista do mundo. Assim, de acordo com o autor, “espaço e tempo, da forma como hoje os concebemos, são a sistematização simbólica criada pelas e através das transformações advindas do desenvolvimento da sociedade burguesa” (SANTOS, 2002, p. 29). O tempo em questão é o tempo sincopado, metrificado, condição e limite do processo de apropriação do trabalho proletarizado, e o espaço é o espaço métrico e cartografável de um planeta móvel.

Ora, tendo adotado tal concepção a escola teórico-quantitativa postulava que o espaço tendia inevitavelmente a homogeneização e ao equilíbrio, e precisamente por esse motivo o conceito de região teve seu sentido completamente alterado e passou a representar apenas “um processo de classificação de unidades espaciais segundo procedimentos de agrupamento e divisão lógica com base em técnicas estatísticas” (CORRÊA, 1995, p. 20). No sentido oposto, partindo do constructo teórico no qual temos nos pautado, a problemática regional assume outra semântica e grande importância.

A diferenciação das parcelas do espaço geográfico entre si é, concomitantemente, um processo natural e social. Para Milton Santos (1996), dois processos atuam de forma integrada, mas com pesos distintos nos diversos momentos da história humana: o processo de “diversificação da natureza” e o processo de “divisão do trabalho”. O primeiro consiste num conjunto infinito de mudanças que ocorrem no interior da própria natureza e que independem do homem; o segundo é

movido pela produção e pode ser visto como “um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente” e que atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares (SANTOS, 1996, p. 131-132).

A princípio, como salienta o autor, a divisão do trabalho estava subordinada a diversificação da natureza, mas este quadro se inverteu a medida que o homem aperfeiçoou suas “próteses” aumentando seu poder de intervenção na natureza. Trata-se por certo, de um conjunto de transformações decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas no processo de expansão do modo de produção capitalista e do estabelecimento de sua hegemonia como resultado da “tendência universalizante do capital”, que, como afirmou Marx

(...) o diferencia de todas as formas anteriores de produção, se convertendo assim em pressuposição de um novo modo de produção, fundado não no desenvolvimento das forças produtivas com o propósito de reproduzir ou mesmo expandir uma dada condição, mas no qual o livre, desobstruído, progressivo e universal desenvolvimento das forças produtivas é em si mesmo a pressuposição da sociedade e, portanto, de sua reprodução; no qual a superação do ponto de partida é a única pressuposição (1973, p. 540).

As condições para a realização desse elusivo processo são engendradas e perpetuadas de modo a ficarem escamoteadas da consciência social. Por um lado, a capacidade de expansão e de hegemonização das relações de produção tipicamente capitalistas está indissociavelmente ligada ao estabelecimento de um novo sistema de mediações dos homens entre si e com natureza, como nos revela Mészáros (2011). De acordo com esse autor, até o surgimento do que ele chama de sistema de metabolismo social do capital, as relações sociais e entre sociedade e natureza eram mediadas por elementos que, em última instância, levavam a uma crescente autossuficiência, ou seja, visavam à satisfação das necessidades humanas. Com a emergência do capitalismo e de seu sistema de mediação de segunda ordem, são introduzidos elementos fetichizantes e alienantes que separam o homem dos produtos do seu trabalho e do conhecimento da totalidade de seu processo produtivo, sendo responsáveis por um crescente distanciamento entre o homem e aquilo de que necessita para uma vida plena materialmente e em significados.

Por outro lado, a expansão geográfica do capital e sua mobilidade constante é parte integrante indispensável da lógica de funcionamento de seu processo de circulação. Em sua reconstrução da teoria marxista com vistas a uma teorização da geografia da acumulação capitalista, Harvey (2005), identifica acertadamente as razões conflituosas e contraditórias que explicam a imanente tendência universalizante do capital através de um processo ao qual intitulou “ajuste espacial”. Para explicá-lo, o autor parte das premissas básicas da impossibilidade de acumulação estacionária e da tendência estrutural às crises ao longo do processo de acumulação. Esta última tendência torna-se objetiva quando há o impedimento, por motivos diversos, da disposição dos três

fatores cruciais para que ocorra a acumulação, a saber, a existência de excedente de mão de obra (do exército industrial de reserva), a existência no mercado, de bens de produção em quantidade necessária e, por fim, a existência de mercados consumidores cuja capacidade de absorção seja compatível com a da produção.

O constrangimento de qualquer um desses fatores ou de todos eles pode culminar em crises, que, conseqüentemente, forçarão o sistema a encontrar caminhos para superá-las e reinstaurar a acumulação, agora reformulada e em novo patamar, e isso pode ocorrer de duas maneiras diferentes, que não raro são combinadas. A primeira delas consiste em lançar mão de formas de “intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas numa específica estrutura espacial”, ao passo que a segunda, se relaciona “a questão da organização espacial e da expansão geográfica como produto necessário para o processo de acumulação”, ou seja, “a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou ‘o mercado mundial’” (HARVEY, 2005, p. 48).

O ajuste espacial apresenta-se, portanto, como uma saída estratégica para o capital excedente em situações de crise, que permite a retomada da acumulação e a revalorização desse capital. A mobilidade do capital nesta perspectiva passa a ser condição da existência e manutenção de todo o sistema produtor de mercadorias. Decorre desse fato a constante ampliação dos mercados e, por conseguinte, das distâncias para a realização das etapas do processo produtivo, de modo que, cada vez mais, amplia-se o tempo de giro dos capitais (produção + circulação), ou seja, o tempo socialmente necessário para a realização efetiva da mais-valia, o que se torna um empecilho para a própria acumulação. Em virtude disso, manifesta-se um forte estímulo à redução do tempo de circulação para um mínimo, visando à supressão do espaço pelo tempo, posto que “o imperativo da acumulação implica conseqüentemente o imperativo da superação das barreiras espaciais” (*Ibid.*; p. 50).

Surge, como produto dessa tendência, uma estrutura espacial específica, materializada na forma de capital fixo (recursos de transporte, instalações fabris etc.) que, paradoxalmente, atua como antítese ao ímpeto vital da derrubada das barreiras espaciais e no fim, até a própria anulação do espaço pelo tempo, fazendo com que, em períodos de crise, ela seja destruída em detrimento da retomada da acumulação, num processo interminável e nefasto de ascensão e derrocada dos espaços regionais.

De fato, o espaço resultante desse processo apresenta um padrão de desenvolvimento, tratado por muitos autores sob o título de **desenvolvimento desigual**. Vejamos este ponto com um pouco mais de atenção.

A expressão “desenvolvimento desigual” já era largamente utilizada por Marx ainda no século XIX e posteriormente também por Lênin com um sentido semelhante (BOTTOMORE,

1988). Para eles, tal conceito estava associado aos ritmos diferenciados de desenvolvimento das sociedades, países e nações, fazendo com que, em certos casos, os que começam com uma vantagem sobre os outros, podem incrementá-la, ao passo que em outros casos, por força desta mesma diferença nos ritmos de desenvolvimento, aqueles que haviam ficado para trás, podem alcançar e até mesmo ultrapassar os que dispunham de vantagem inicial. A explicação para tal diferença nos ritmos de desenvolvimento encontra-se na possibilidade de utilização de técnicas de produção e/ou organização do trabalho diferenciadas, o que ditará a produtividade e subseqüentemente o ritmo de acumulação de capital da sociedade, nação ou país.

Lênin (1990) valeu-se também desse conceito para analisar a fase imperialista do capitalismo que culminou com a primeira grande guerra mundial e os grandes rearranjos geopolíticos por ela engendrados.

Contudo, se procurarmos um enfoque especial na questão da desigualdade do processo de desenvolvimento capitalista, podemos encontrá-lo na obra de Trotsky (1967), autor que se debruçou sobre ela muito além de seus predecessores teóricos, num trabalho de circunspeção que o levou a propor um complemento ao conceito de desenvolvimento desigual, acrescentando-lhe o predicado de combinação e imprimindo-lhe assim um novo sentido com base em observações do desenvolvimento da Rússia do início do século XX. Desenvolvendo sua argumentação, o autor nos explica que

a desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Dessa lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *Lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação de fases diferenciadas, amalgama das formas arcaicas com as mais modernas. (TROTSKY, 1967, p. 25) [grifos no original].

Ainda que Trotsky esteja aplicando sua compreensão analítica às relações que ocorrem no âmbito da economia internacional, ela não deve ser restringida a condição de resultado, tão somente, das observações empíricas. Ela também o é, mas é muito mais do que isso. Trata-se de um raciocínio que tem por base os princípios da própria filosofia materialista histórica e dialética. A formulação de Trotsky expressa particularmente uma das leis da dialética, a da “interpenetração de contrários” (CORRÊA, 1986, p. 42) ou ainda, da “unidade dos contrários” como a chamou Lefebvre ao dissertar sobre a lógica dialética (1991). Para este último autor, “a contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro (...)”, e cabe ao método dialético “(...) captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se *choquem, que os quebra ou os supera*” (LEFEBVRE, 1991, p. 238) [grifos no original].

Segundo Moreira (1984), a raiz do desenvolvimento desigual se encontra no próprio modo como a contradição capital-trabalho se materializa em forças produtivas, de sorte que “o ritmo desse desenvolvimento de conjunto será desigual para cada fração do capital e, por decorrência, para cada fração de estrutura espacial nascida da territorialização do movimento de conjunto, seja uma formação econômico-social ou regiões internas a ela” (1984, p. 18).

Preocupado com a mesma questão e imbuído de um grande esforço de generalização e síntese, Smith (1988) nos propõe uma teoria geral do desenvolvimento desigual. Para esse autor, o desenvolvimento desigual “é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo” (SMITH, 1988, p. 139). A desigualdade, segundo esta perspectiva, é funcional ao capital, pois atende a sua própria lógica da acumulação e decorre da atuação de duas tendências essencialmente contraditórias simultaneamente sobre o espaço: a **tendência à diferenciação** e a **tendência à igualização**.

Em síntese, a primeira tendência da qual resulta a desigualdade espacial está relacionada à divisão territorial do trabalho, que é tanto mais complexa, quanto mais desenvolvidos estão os estágios do capitalismo em um determinado território. Tal divisão não existe em si mesma, pois como afirma Smith, “(...) não é um processo separado, mas está implícita, desde o início, no conceito de divisão [social e técnica] do trabalho” (1988, p. 149).

Em sentido oposto, o movimento de igualização decorre principalmente da necessidade constante de incorporação tecnológica às forças produtivas, especialmente ao capital fixo, por conta da incessante concorrência à qual estão sujeitas as parcelas de capital distribuídas nos mais diversos setores. Desse modo, o próprio mercado promove um nivelamento do capital, de tal forma que proporcione condições igualitárias de exploração da força de trabalho.

Após uma revisão crítica de diversas teorias do desenvolvimento territorial (algumas das quais expusemos acima) Brandão (2007) nos propõe a análise do movimento desigual da acumulação do capital no espaço a partir de quatro categorias que permitem a verificação dos processos necessariamente articulados em sua ocorrência: **homogeneização, integração, polarização e hegemonia**, ampliando e modificando, portanto, o par categorial estabelecido por Smith (1988). Não cabe aqui discorrermos detalhadamente sobre tais processos, mas indicaremos apenas que, na concepção do autor, estes quatro movimentos ocorrem de maneira concatenada no processo de expansão capitalista e são em essência contraditórios, não conduzindo à igualização e harmonização do espaço, mas sim a uma profunda e conflituosa diferenciação fragmentadora e hierarquizadora, expressa na forma de espaços regionais.

Não é possível adentrarmos no mérito da questão neste texto, mas, apenas como indicação, salientamos a necessidade de se considerar também o protagonismo do Estado, como estrutura de

comando totalizadora do capital, em todos esses movimentos que conformam a produção do espaço capitalista e a definição dos espaços regionais.

#### 4. Outros elementos da complexidade regional

Num sentido bastante geral e esquemático, vimos de que maneira a expansão do capitalismo e seu constante processo de produção-reprodução do espaço cria e recria regionalizações. Mas os elementos que conferem complexidade ao processo de produção do espaço geográfico e, por conseguinte, dos espaços regionais sob os liames do sistema do capital estão longe de se esgotarem com o exposto até aqui.

Há ainda que se considerar, por exemplo, dentre tantos outros elementos, a limitação imposta a qualquer modo de produção de realizar-se concretamente de uma mesma forma em todos os lugares. O modo de produção é apenas uma possibilidade ideal de realização que não acontece em sua forma pura em parte alguma, pois faz referência à sociedade e ao espaço geral, e não a uma sociedade e um espaço dado (SANTOS, 1982).

É sobre o esteio dessas premissas e buscando trazer a baila o protagonismo do espaço na produção e reprodução das formações sociais, que Milton Santos elabora seu conceito de “Formação sócio-espacial”, tão caro aos estudos geográficos, incorporando o espaço à categoria de Formação Econômica e Social, que “diz respeito a evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhe provém o impulso” (1982, p. 22). Segundo o autor “(...) a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição qualitativa e quantitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço” (*Ibid.*; p. 32), de modo que, conclui,

o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1982, p. 33).

Não obstante, a diferenciação espacial não decorre apenas deste fato, mas também da combinação de diferentes modos de produção e de suas respectivas espacialidades e temporalidades dentro de uma mesma formação sócio-espacial. Conforme o mesmo autor noutro momento, em uma formação sócio-espacial, “os diversos tempos concorrentes [modos de produção] trabalham conjuntamente e todos recobram sua completa significação a partir desse funcionamento e dessa existência conjunta” (SANTOS, 1996, p. 136).

Podemos, portanto, depreender que devido à impossibilidade de subsunção absoluta dos outros modos de produção e de suas diferentes espacialidades e temporalidades, o modo de produção capitalista atua como um vetor hegemônico que efetiva sua reprodução ampliada a partir da combinação e da submissão de outros vetores. Daí, portanto, ressaltar Massey (2009), que um dos principais erros da ciência moderna foi negar a condição a qual Fabian (1993 *apud* MASSEY, 2009) chamou de “coetaneidade”, definindo-a como uma nova concepção temporal do espaço, que “tem como objetivo reconhecer a contemporaneidade como a condição para o verdadeiro confronto dialético (...)” em que “(...) o que se opõe... não são as mesmas sociedades em diferentes estágios de desenvolvimento, mas diferentes sociedades, confrontando-se umas com as outras ao mesmo tempo” (MASSEY, 2009, p. 109). Partindo desse interessante ponto de vista, a autora conceitua o espaço como “(...) a esfera de coexistência de uma multiplicidade de trajetórias” (*Ibid.*; p. 100); uma esfera constituída pela multiplicidade dinâmica e simultânea.

Suertegaray (2001) também nota uma intrigante relação entre as categorias de **espaço** e **tempo** pondo em revista a história do pensamento geográfico. A autora afirma que as diferentes concepções do espaço geográfico e de seu desenvolvimento sempre estiveram ancoradas em diferentes concepções de tempo. A primeira delas foi a do tempo como “seta-evolução”, que indicava uma perspectiva “seqüencial, linear, como sucessão de fatos no espaço (...)” (SUERTEGARAY, 2001, s/p). Posteriormente, o tempo passou a ser analisado de modo cíclico, ou seja, como fatos sucessivos que se dão sobre o espaço e que voltam sempre ao ponto inicial, sendo que “o tempo, nesta perspectiva, evoca a idéia de uma dinâmica estável, um movimento que se repete”, chegando finalmente a concepção mais contemporânea do tempo como espiral. Sob esse último ângulo, seguindo as indicações da autora,

o tempo é entendido como seta e ciclo, ou seja, o espaço geográfico se forma (no sentido de formação, origem) e se organiza (no sentido de funcionalidade), projetando-se como determinação ou como possibilidade. Esta projeção se faz por avanços (seta) e retornos (ciclo) (SUERTEGARAY, 2001, s/p).

Pode-se então considerar as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente e no espaço, como explicou Corrêa (1986, p. 42), a partir do desenvolvimento desigual e combinado que manifesta sua faceta espacial concretamente sob a forma de processos de regionalização.

A nosso ver, um dos maiores exemplos no mundo atual de tal coexistência entre tempos históricos distintos e suas distintas territorialidades combinados e marcados por assimétricas relações de poder é o da região de fronteira agrícola ou frente pioneira brasileira, uma verdadeira zona de contato entre civilizações e modos de produção.

Como afirma Martins (1997), referindo-se ao trabalho escravo presente neste tipo de

cenário, “este quadro já nos indica uma certa diversidade histórica nas determinações do processo do capital, uma combinação de ritmos e tempos históricos desencontrados na definição da realidade social desse processo (...)”, de sorte que, sugere o autor, “(...) a expansão do capital e da sociabilidade de que ele é agente não implica necessariamente a supressão súbita das diferenças que tornam peculiares os diferentes grupos envolvidos na situação de fronteira” (p. 31). Por isso, de acordo com o autor, em certas situações, o cotidiano das pessoas nessas áreas acaba sendo atravessado por diferentes temporalidades históricas às vezes num único dia. Não obstante os resultados profícuos que tal experiência poderia gerar do ponto de vista do aprendizado e das relações humanas, ela é em geral marcada pela dominação extrema e pelo genocídio, pois o tempo do capital – especialmente nestas circunstâncias – é o tempo da contradição, que combina “(...) inovações de relacionamento e tradições de exploração com tempos diversificados e histórias diversificadas” (*Ibid.*; p. 110).

## 5. Considerações finais

Buscamos expor e analisar de forma articulada diversas teorias da produção do espaço geográfico e da regionalização pertencentes, sobretudo, ao cabedal do materialismo histórico e dialético. De maneira bastante geral, vimos como a expansão e a reprodução do capital em seu processo de acumulação implica necessariamente a constante criação e recriação de desigualdades espaciais, vale destacar, nas mais diversas escalas geográficas. Em síntese, o processo de regionalização expressa contradições estruturais do sociometabolismo do capital que para se reproduzir necessita suprimir as desigualdades espaciais, ao mesmo tempo em que as cria e utiliza de maneira estratégica. A região da frente pioneira é um exemplo muito didático deste fato.

Vimos ainda que, embora o capital se pretenda o único vetor da produção do espaço, lhe é possível apenas ser o vetor hegemônico, que subsume outras determinações, manifestando-se de forma singular em cada uma das frações espaciais produzidas: as regiões. Cabe-nos ressaltar que por este motivo, qualquer análise regional específica deve partir da realidade concreta estudada, não desprezando, obviamente, os pressupostos teóricos mais gerais.

Por fim, acreditamos ser possível refutar, sob a ótica adotada, qualquer entendimento etapista do processo de desenvolvimento, bem como aqueles que se pautam pela ideia de supressão total das desigualdades espaciais dentro do capitalismo.

Destarte, mesmo em tempos de globalização o conceito de região continua sendo um poderoso instrumento para o entendimento dos fenômenos geográficos, especialmente no que tange a extrusão dos insidiosos mecanismos de acumulação do capital e de suas consequências para os homens e para a natureza.

## 6. Referências bibliográficas

- BEZZI, Meri lourdes. **Região: uma (re)visão historiográfica** – da gênese aos novos paradigmas. Editora da UFSM, 2004.
- BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Território e desenvolvimento** - as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2007.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. (série princípios n° 53).
- \_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de et al. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- EGLER, Cláudio Antonio Gonçalves. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. de et al. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de et al. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, Multiterritorialização e Regionalização. In: LIMONAD, Ester et al (org.). **Brasil, século XXI – por uma nova regionalização?** Processos, escalas, agentes. São Paulo: Max Limonad, 2004.
- \_\_\_\_\_. Morte e vida da região. Antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. In: SPOSITO, Eliseu Saverio (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005, p. 9-33.
- \_\_\_\_\_. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: ediciones península, 1976.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase final do capitalismo**. São Paulo: Mandacaru, 1990.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira** – A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. Londres: Pelican, 1973.

- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOREIRA, Ruy. **Movimento operário e questão cidade-campo no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Geografia está em crise. Viva a Geografia.** In: *Anais do II Encontro Nacional de Geógrafos.* Fortaleza, Ceará, 1978.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo : Cortez, 2002.
- SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço.** Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** Da crítica da Geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção espaços).
- \_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade: Ensaios.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: Técnica, tempo e razão.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço geográfico uno e múltiplo.** Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, nº 93, 2001. (disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/scriptanova/article/view/55379/64465>)
- TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa.** Rio de Janeiro: Saga, 1967.

Recebido em: novembro de 2011.

Aceito para publicação em: janeiro de 2012.